

**O QUE REVELAM AS PROVAS DO EXAME DE SUFICIÊNCIA DO CONSELHO
FEDERAL DE CONTABILIDADE ENTRE 2011 E 2023? UMA ANÁLISE DE
CONTEÚDO APLICADA ÀS QUESTÕES DE CONTABILIDADE GERAL**

LIVIA MARIA ALVES SANTOS

*Universidade Federal de Alagoas
livia.santos@feac.ufal.br*

YASMIM ALVES DA SILVA

*Universidade Federal de Alagoas
yasmim.silva@feac.ufal.br*

VALDEMIR DA SILVA

*Universidade Federal de Alagoas
valdemir.silva@feac.ufal.br*

KLEBER LUIS ALVES GUEDES

*Universidade Federal de Alagoas
kla.guedes@hotmail.com*

Resumo

O Exame de Suficiência em Contabilidade, além de imprescindível ao exercício profissional, é também um instrumento para impulsionar o aprimoramento da qualidade do ensino ministrado na área. Sendo assim, o presente estudo objetiva revelar os conteúdos das questões referentes à Contabilidade Geral, bem como identificar os assuntos e subassuntos e suas respectivas frequências nas provas realizadas entre 2011 e 2023. Os resultados obtidos podem nortear programas universitários, cursos preparatórios e estudos individuais para um melhor desempenho dos candidatos. Para tal, realizou-se uma análise de conteúdo focada na disciplina supracitada, ratificando sua expressiva representatividade e destacando a Mensuração e Reconhecimento de Operações (30,21%) – em especial Operações com Mercadorias, Produtos e Serviços –, Avaliação de Ativos e Passivos (16,25%) – no que tange à Depreciação, Amortização e Exaustão – Demonstração do Resultado e Demonstração do Resultado Abrangente (10,62%) – com foco na DRE – e Balanço Patrimonial (9,38%) – quanto às suas bases – como os assuntos e subassuntos mais recorrentes ao longo das vinte e seis edições verificadas. Atingidos os objetivos do estudo, os resultados encontrados contribuem com discentes, docentes e gestores na formação de novos profissionais, e, visando a melhoria da educação contábil brasileira, recomenda-se que novas pesquisas sigam sendo realizadas na área.

Palavras chave: Exame de Suficiência, Contabilidade Geral, Educação Contábil.

1. Introdução

O Exame de Suficiência em Contabilidade (ESC) foi instituído por meio da Resolução CFC nº 853/99 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), no entanto, por ter sido criado

Realização



através de uma resolução interna, o exame foi suspenso no ano de 2005 a partir de uma medida judicial requerida pelo Ministério Público, alegando falta de respaldo legal para tal exigência (Souza et al., 2017). Somente após alguns anos, alcançou-se o seu restabelecimento através da aprovação da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010. Diante disso, a Resolução CFC nº 1.373, de 08 de dezembro de 2011, regulamentou a volta do Exame de Suficiência como requisito para obtenção do registro profissional nos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs).

Para Bugarim et al. (2014), o exame de suficiência em Contabilidade é tido como um instrumento para impulsionar a melhoria da qualidade do ensino ministrado na área, e sua relevância é ressaltada por diversos outros autores, como Coelho (1999), Madeira et al. (2009) e Coelho (2010). O propósito do ESC é comprovar a obtenção de conhecimentos médios, consoante o conteúdo abordado nos cursos de bacharelado em ciências contábeis, e garantir à sociedade brasileira profissionais adequados ao mercado (Bugarim et al., 2014).

A prova é realizada duas vezes por ano, sendo requerido dos candidatos o percentual mínimo de acerto de cinquenta por cento para sua aprovação, e trata de assuntos relacionados à contabilidade geral, contabilidade de custos, contabilidade aplicada ao setor público, contabilidade gerencial, controladoria, noções de direito e legislação aplicada, matemática financeira e estatística, teoria da contabilidade, legislação e ética profissional, princípios de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade, auditoria contábil, perícia contábil, e língua portuguesa aplicada (CFC, 2015).

De acordo com Galvão (2016), um questionamento que emerge a respeito do exame é se ele efetivamente mensura o conhecimento dos bacharéis e se ser aprovado assegura que o profissional ingressante no mercado de trabalho realmente detém as competências essenciais para desempenhar as funções pertinentes à sua área de atuação.

Dentre os conteúdos contemplados pelo exame, a Contabilidade Geral se destaca como aquele que possui o maior volume de tópicos detalhados no edital, bem como também apresenta o maior número de questões nas edições de 2011 a 2023. Para Sena e Sallaberry (2021), ela é a base teórica fundamental para o entendimento de qualquer outro tema abordado pela contabilidade, evidenciando assim a sua importância na formação acadêmica e profissional. Nessa perspectiva, observa-se a carência das pesquisas nacionais em analisar os conteúdos de maior frequência apresentados nas questões de Contabilidade Geral das provas do ESC.

Considerando esse contexto, o questionamento que norteia este estudo é o seguinte: **quais assuntos e subassuntos referentes à Contabilidade Geral apresentam maior frequência nas provas do Exame de Suficiência dos anos de 2011 a 2023?** Diante desse questionamento, o objetivo geral deste estudo é revelar os conteúdos das questões referentes a Contabilidade Geral, bem como identificar os assuntos e subassuntos e suas respectivas frequências nas provas do Exame de Suficiência em Contabilidade dos anos de 2011 a 2023.

Em relação aos objetivos específicos, delineou-se o seguinte: analisar os conteúdos das questões de contabilidade geral nas provas do Exame de Suficiência em Contabilidade dos anos de 2011 a 2023; categorizar os conteúdos das questões de contabilidade geral; e identificar quais assuntos e subassuntos são mais frequentes.

A pesquisa é relevante e oportuna no contexto atual, visto que a análise da frequência dos assuntos e subassuntos relativos à contabilidade geral no Exame de Suficiência é algo que ainda não fora evidenciado pelos pesquisadores, garantindo um aspecto inovador ao presente estudo. Os resultados desta pesquisa têm o potencial de auxiliar graduandos, professores,

gestores e coordenadores dos cursos de Ciências Contábeis a adequar projetos pedagógicos e programas de estudo ao que tem sido exigido no ESC.

Este estudo contribui com o material atual e reflexivo já existente sobre essa prova de suma importância, e, nessa perspectiva, a motivação central para a realização desta pesquisa é colaborar com a educação contábil, sobretudo com o público da graduação em ciências contábeis, discentes e docentes, mas sem caráter prescritivo ou instrucional e sim visando buscar o diálogo entre agentes envolvidos direta ou indiretamente.

2. Fundamentação Teórica

2.1. Ensino Superior da Contabilidade no Brasil

Peleias et al. (2007) apontam que as primeiras determinações para a escrituração e os registros contábeis no Brasil se deram por meio da criação do Código Comercial Brasileiro em 1850, contudo, somente em 1863 o Instituto Comercial do Rio de Janeiro passou a oferecer o curso de escrituração mercantil voltado ao exercício da profissão contábil.

De acordo com Paines e Ott (2018), o surgimento do ensino superior de Ciências Contábeis e Atuariais no Brasil remonta ao Decreto-lei nº 7.988/1945, datado de 22 de setembro de 1945. Posteriormente, a Lei nº 1.401/1951, datada de 31 de julho de 1951, desdobrou o curso de Ciências Contábeis e Atuariais em dois cursos distintos, estabelecendo os diplomas de Bacharel em Ciências Contábeis e Bacharel em Ciências Atuariais. Esse desdobramento permitiu uma especialização mais aprofundada em cada área, destacando as diferenças e especificidades entre a contabilidade e a atuária.

Os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (MEC, 2023), apontam que, no ano de 2022 existiam 1573 cursos presenciais e a distância de contabilidade no Brasil, e as ciências contábeis ocupavam a 5ª posição em quantidade de matrículas, a 7ª em ingressantes e a 5ª em número de concluintes. Diante desse cenário, avaliar a qualidade do ensino tornou-se uma necessidade diante das mudanças significativas ocorridas desde a criação do curso. Marion (2001, p.14) pontua que “a educação para os futuros contadores deveria produzir profissionais que tivessem amplo conjunto de habilidades e conhecimentos”. Silva et al. (2016) apontam que diversos instrumentos foram implementados para mensurar o conhecimento dos alunos e profissionais nessa área, refletindo a importância de garantir padrões elevados de formação acadêmica e profissional, dentre eles o ESC.

2.2. Exame de Suficiência em Contabilidade

O exame de suficiência é uma ferramenta essencial para avaliar e certificar a competência dos profissionais de Ciências Contábeis, garantindo que possuam o conhecimento teórico mínimo necessário para exercer as atividades inerentes à profissão, sendo esse certame parte de uma estratégia do CFC para suprir algumas deficiências constatadas no ensino da contabilidade e buscar, consequentemente, a melhoria no desempenho dos serviços contábeis (Bugarim et al, 2014).

Galvão (2016) destaca ainda que a aprovação é condição fundamental para que o bacharel em Ciências Contábeis possa exercer plenamente a profissão de contador, de modo

Realização

que o exame atua como barreira de entrada para assegurar a competência dos profissionais no mercado de trabalho. Um ponto relevante que foi alterado com a promulgação da Lei nº 12.249/10 diz respeito ao fim da aplicação da prova para técnicos em contabilidade, de modo que somente aqueles que estivessem registrados nos CRCs até 1º de junho de 2015 teriam assegurado o direito ao exercício da profissão.

Deste modo, o exame visa também garantir a qualidade da formação contábil e impulsionar a busca constante por atualizações e aprimoramentos, fortalecendo a excelência do ensino da contabilidade no país e alinhando a formação acadêmica às demandas do mercado e às práticas contábeis contemporâneas. Oliveira Sobrinho e Cruz (2011) afirmam que a implementação do exame também influencia na valorização da profissão contábil e pode impactar nas remunerações, uma vez que os empresários buscam profissionais diferenciados e altamente qualificados para atender às suas necessidades.

2.3. Contabilidade Geral

Fabriz et al. (2019) e Marion (2001) compreendem que essa disciplina é essencial para os cursos de graduação em Ciências Contábeis, uma vez que traz para os discentes o primeiro contato com a carreira que planejam seguir, além de estimulá-los ao pensamento contábil. O conteúdo previsto para a disciplina de Contabilidade geral, recomendado pelo Conselho Federal de Contabilidade, engloba os conceitos introdutórios, assim como o estudo do patrimônio e suas alterações, juntamente com as práticas elementares dos registros das principais rotinas contábeis (Fabriz et al., 2019).

Com base nessa orientação, importa sublinhar que os conteúdos programáticos da disciplina de Contabilidade Geral, apresentados nas provas do exame de suficiência, abrangem, além da contabilidade básica ou introdutória, conhecimentos intermediários e avançados das Ciências Contábeis no âmbito da graduação. Nesse sentido, torna-se significativo expressar que a contabilidade geral é a base para as demais temáticas de contabilidade aplicada e Sena e Sallabarry (2021) acrescentam ainda que essa disciplina é o alicerce para especializações e práticas avançadas na profissão contábil, abordando o patrimônio, operações contábeis, regras contábeis, escrituração, inventários, balanços e orçamentos.

2.4. Estudos Anteriores

Estudos nacionais (Oliveira Neto & Kurotori, 2010; Bonifácio & Callegari, 2012; Bugarim et al., 2014; Miranda et al., 2017; Sena & Sallabarry, 2021) têm sido realizados com objetivo precípuo de contribuir com a educação contábil, investigando, para isso, os resultados decorrentes da aplicação das provas do exame de suficiência sob as mais diferentes abordagens de pesquisa científica.

Oliveira Neto e Kurotori (2010) compararam o potencial alinhamento do referido exame com o mercado de trabalho com base no modelo de currículo proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU), através da United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD) e do International Standards of Accounting and Reporting (ISAR) e verificaram que o exame não estava de acordo com o modelo ISAR/UNCTAD, enquanto o mercado parecia estar em melhor sintonia com o modelo utilizado.

Realização

Bonifácio e Callegari (2012), por sua vez, investigaram a percepção dos professores do curso de Ciências Contábeis de uma IES privada do Estado de Santa Catarina quanto ao ESC e seus resultados apontam que os docentes analisados acreditam na importância de se aplicar testes com um grau de dificuldade semelhante ao do exame, bem como incluir questões de exames anteriores em avaliações acadêmicas regulares.

Bugarim et al. (2014), por sua vez, analisaram o desempenho dos participantes nas diversas edições do ESC e observaram uma redução notável nas taxas de aprovação entre 2000 e 2012. Já em outro estudo ainda no mesmo ano examinaram as características particulares de cada região do país, no que diz respeito ao desempenho dos candidatos nas edições de 2000 a 2004 e 2011 a 2012, observando-se uma deterioração no desempenho ao longo das diversas edições do exame, apontando as áreas de maior fragilidade no ensino.

Miranda et al. (2017) visaram identificar a percepção de professores e profissionais em relação ao exame, apontando que as questões utilizadas nas provas foram consideradas medianas e que 90% dos entrevistados concordavam com a exigência da prova. No mais, o modelo do exame foi considerado adequado por 53% das pessoas ouvidas e 84,6% entendem que, além do exame, os profissionais deveriam comprovar atualização continuada.

Em 2021, Sena e Sallabarry analisaram a relação entre a carga horária das disciplinas de Contabilidade Geral nas IES baianas e o desempenho dos respectivos estudantes no ESC, identificando que não há associação linear entre a carga horária total das disciplinas e o índice de aprovação. No entanto, percebeu-se que o desempenho dos estudantes possui relação com fatores inerentes ao próprio discente e, principalmente, com a natureza institucional da IES.

3. Metodologia

3.1. Tipologia e Posição Metodológica do Estudo

Esta pesquisa é de caráter descritivo e exploratório, com abordagem qualitativa, utilizando a técnica de análise de conteúdo para examinar as questões relacionadas à Contabilidade Geral, bem como identificar os assuntos e subassuntos e suas respectivas frequências nas provas do Exame de Suficiência em Contabilidade, no período de 2011 a 2023.

Quanto aos procedimentos, diante da necessidade de coletar as provas e gabaritos do exame de suficiência do CFC dos anos 2011 a 2023, fez-se uma pesquisa documental para reunir esses materiais. Gil (2008, p.51) acrescenta ainda que ela “[...] vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. Para agregar valor à discussão, realizaram-se também pesquisas bibliográficas para avaliar as contribuições de diversos autores sobre a temática estudada, com o objetivo de discutir o tema com base em referências publicadas em livros, periódicos, revistas e afins, sendo um excelente meio de formação científica (Martins & Theóphilo, 2009).

3.2. Coleta e Tabulação dos Dados

Para alcançar o objetivo do presente estudo foram coletadas, a partir do acervo disponível no portal digital do CFC, as provas e gabaritos oficiais referentes ao Exame de Suficiência em Contabilidade para bacharel dos anos de 2011 a 2023, totalizando 26 edições

do exame. Posteriormente, tomando por base o conteúdo do edital 2023.1, as questões foram classificadas de acordo com as treze disciplinas existentes. As provas correspondentes ao período de 2011 a 2017, elaboradas pela FBC, apresentavam um único tipo e, a partir de 2018, sob a responsabilidade da Consulplan, passaram a ser aplicados quatro tipos. Levando-se em conta todas as disciplinas, o número total de questões aplicadas no período é de 1.300 (um mil e trezentas) questões.

As provas do período de 2018 a 2023 possuíam rigorosamente a cor branca. Após a impressão e encadernação em ordem cronológica, todos os itens de Contabilidade Geral contidos nelas foram identificados e selecionados, numa primeira triagem, por dois docentes da área e dois discentes monitores da disciplina. As discrepâncias que eventualmente surgem quando se trabalha com análise de conteúdo foram mínimas e devidamente corrigidas pela análise de um terceiro professor. O mesmo procedimento foi adotado como critério para a identificação e seleção dos assuntos de Contabilidade Geral apresentados nas provas que, após serem identificados, foram quantificados, em valores absolutos e relativos.

Para analisar o conteúdo proposto neste estudo, utilizou-se o Microsoft Excel® e empregou-se a Análise de Conteúdo (AC) desenvolvida por Laurence Bardin. A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visa obter, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições destas mensagens (Bardin, 1977). De forma sucinta, essa metodologia possui seu desenvolvimento pautado em três fases fundamentais: pré-análise, exploração do material e análise e interpretação dos resultados.

Na pré-análise, fez-se a leitura flutuante dos 26 cadernos de provas do ESC correspondentes ao período estudado (2011 a 2023) com o propósito de obter o primeiro contato textual com o objeto analisado, no que diz respeito ao conteúdo programático. Nessa fase há uma interação significativa do pesquisador com o material em análise (Campos, 2004).

Partindo para a exploração do material, Silva et al. (2021) apontam que nessa etapa se faz a codificação, a escolha de categorias e a classificação, promovendo assim a união de características comuns e a posterior categorização, ordenando as informações de acordo com a correlação das classes de eventos. Essa codificação, além de padronizar os assuntos e subassuntos identificados, permite ao pesquisados retornar a um documento específico quando necessário. Após terem sido identificados os assuntos, os subassuntos foram minuciosamente analisados pelos docentes e discentes envolvidos na pesquisa. Esses assuntos e subassuntos foram categorizados, codificados e expressos, respectivamente, nas Figuras 1 e 2.

Figura 1 – Categorização e Codificação dos Assuntos

Assunto	Codificação
Patrimônio e Variações Patrimoniais	A
Plano de Contas e Procedimentos de Escrituração	B
Avaliação de Ativos e Passivos	C
Mensuração e Reconhecimento de Operações	D
Operações Fiscais, Tributárias e de Contribuições	E
Balanco Patrimonial	F
Demonstração do Resultado e Demonstração do Resultado Abrangente	G
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados	H
Demonstração dos Fluxos de Caixa	I

Realização

Demonstração do Valor Adicionado	J
Notas Explicativas	K
Consolidação das Demonstrações Contábeis	L
Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão das Demonstrações Contábeis	M

Fonte: Autora 2024

Os treze assuntos presentes no conteúdo de contabilidade geral foram categorizados e codificados alfabeticamente de A a M e expressos conforme apresentado na Figura 1. Os subassuntos, por sua vez, foram categorizados e codificados alfanumericamente, conforme apresentados na Figura 2.

Figura 2 – Categorização e Codificação dos Subassuntos

	(Codificação) Subassunto
A	(A1) Conceituação de patrimônio, ativo, passivo e patrimônio líquido. (A2) Aspecto qualitativo e quantitativo do patrimônio. (A3) Formação, subscrição e integralização de capital, registros de mutações patrimoniais e apuração de resultado.
B	(B1) Conceito, classificação (patrimoniais e de resultado) e natureza das contas (devedoras e credoras). (B2) Elementos essenciais do lançamento contábil. (B3) Regime de competência. (B4) Balancete de verificação. (B5) Escrituração Contábil Digital.
C	(C1) Normatização, conceitos, reconhecimento, mensuração inicial e mensuração subsequente. (C2) Custo histórico, custo corrente, valor realizável ou valor de liquidação e valor presente. (C3) Valor justo. (C4) Custo amortizado. (C5) Valor recuperável de ativos. (C6) Atualização monetária. (C7) Método da equivalência patrimonial. (C8) Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes. (C9) Variação Cambial. (C10) Depreciação, amortização e exaustão.
D	(D1) Operações financeiras. (D2) Adiantamento a fornecedores e de clientes. (D3) Operações com mercadorias, produtos e serviços. (D4) Estoques. (D5) Despesas pagas antecipadamente. (D6) Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada. (D7) Investimentos. (D8) Ativo imobilizado. (D9) Ativos biológicos. (D10) Ativos intangíveis. (D11) Combinação de negócio. (D12) Custo atribuído. (D13) Redução ao valor recuperável. (D14) Vendas de ativos diversos (ganhos e perdas). (D15) Fornecedores, obrigações fiscais e outras obrigações. (D16) Constituição de provisões. (D17) Folha de pagamento. (D18) Receitas, despesas, ganhos e perdas. (D19) Apuração e destinação do resultado. (D20) Tributos correntes e diferidos. (D21) Demais operações inerentes à atividade das sociedades empresárias.
E	(E1) Conceitos, contabilização e cálculo de tributos federais, estaduais e municipais, contribuições previdenciárias, FGTS e outras operações. (E2) Passivos e ativos fiscais correntes e diferidos. (E3) Diferença temporária tributável. (E4) Diferença tributária dedutível. (E5) Prejuízos e créditos fiscais.
F	(F1) BP – Apresentação, aspectos conceituais, finalidades e normatização, critérios de classificação e avaliação, ativo circulante, ativo não circulante, passivo circulante, passivo não circulante e patrimônio líquido.
G	(G1) DRE – Apresentação, aspectos conceituais, finalidades e normatização, forma de elaboração e seus elementos. (G2) DRA – Apresentação, aspectos conceituais, finalidades e normatização, forma de elaboração e seus elementos.
H	(H1) DMPL – Apresentação, aspectos conceituais, finalidades e normatização, forma de elaboração e seus elementos. (H2) DLPA – Apresentação, aspectos conceituais, finalidades e normatização, forma de elaboração e seus elementos.
I	(I1) DFC – Apresentação, aspectos conceituais, finalidades e normatização, forma de elaboração e seus elementos. (I2) DFC – Método direto e indireto, fluxo operacional, de investimento e de financiamento.
J	(J1) DVA – Apresentação, aspectos conceituais, finalidades e normatização, forma de elaboração e seus elementos.
K	(K1) Notas Explicativas – Aspectos conceituais, finalidades, normatização e conteúdos.
L	(L1) Normatização, mensuração e reconhecimento, conceitos, fundamentos e procedimentos de consolidação, tais como eliminação de resultados não realizados das transações intragrupo, eliminação de

Realização

	ativos e passivos decorrentes de transação intragrupo e identificação da participação dos não controladores no patrimônio, resultado e consolidação proporcional de investimento em empreendimento controlado em conjunto (Joint venture).
M	(M1) Normatização, mensuração, apresentação e reconhecimento de transações em moeda estrangeira. (M2) Investimentos líquidos no exterior e conversão das demonstrações financeiras. (M3) Técnicas e taxas de conversão, itens monetários e não monetários, ganhos e perdas, moeda funcional, moeda estrangeira e moeda de apresentação.

Fonte: Autora 2024.

Por fim, na análise e interpretação dos resultados, os assuntos e subassuntos, organizados nas etapas anteriores, foram criteriosamente interpretados e discutidos em um processo que envolveu a triangulação entre os pesquisadores envolvidos. Essa estratégia de análise e discussão para o tratamento das questões de Contabilidade Geral implica na utilização de abordagens múltiplas para não incorrer em distorções e enviesamento da pesquisa em função de considerar apenas um método, uma teoria ou o olhar de um único pesquisador. Diante do exposto, é crucial apontar ainda os seguintes critérios utilizados:

- Como não há disciplina específica para planejamento ou contabilidade tributária, as questões envolvendo cálculo dos tributos foram associadas à Contabilidade Geral – no subassunto Operações Fiscais, Tributárias e de Contribuições – e as que envolviam definições das espécies tributárias e outros aspectos gerais do direito tributário a Noções de Direito e Legislação Aplicada.
- Para as questões híbridas, a classificação se deu em função do comando da questão, considerando a alternativa correta.
- Para questões que envolvem Princípios de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade, se houver viés quantitativo e necessidade de algum cálculo, considera-se Contabilidade Geral.
- Para questões que tratam de conhecimento realizado por perito contábil ou auditor contábil, independentemente de apresentar abordagem qualitativa ou quantitativa, classificou-se como Perícia ou Auditoria Contábil, conforme o caso.
- Para questões que envolvem notas explicativas, independente do contexto, classificou-se como Contabilidade Geral.

Deste modo, a população desta pesquisa se constitui por 502 questões que tratam especificamente de contabilidade geral, sendo 480 válidas e 22 anuladas.

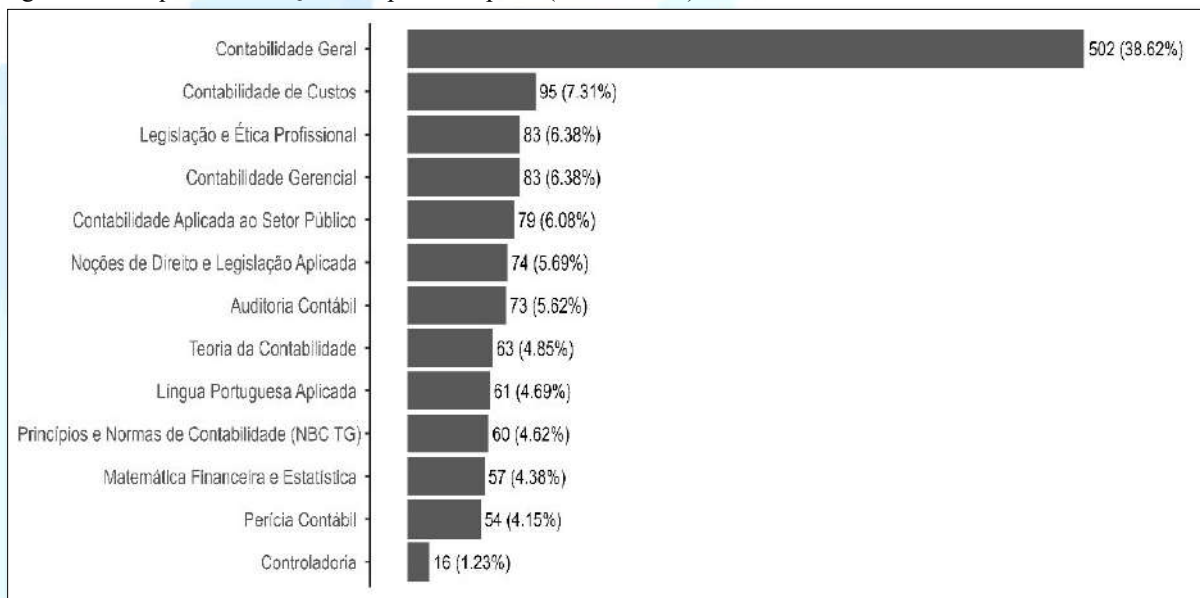
4. Resultados e Discussões

4.1. Representatividade de cada Disciplina

O presente estudo coletou e analisou 1.300 (um mil e trezentas) questões dos Exames de Suficiência em Contabilidade, classificando-as em treze disciplinas distintas, conforme as dispostas no edital 2023.1. Como pode ser observado na Figura 3 e mais minuciosamente na Tabela 1, a contabilidade geral é a área que possui maior expressividade em número de questões ao longo das vinte e seis edições realizadas entre os anos de 2011 e 2023, representando 38,62% do total. Tal representatividade está relacionada à extensão do conteúdo programático e ao fato da disciplina ser o alicerce no qual se baseiam as demais áreas da ciência contábil, conforme

apontado por Marion (2001) e Sena e Sallaberry (2021).

Figura 3 – Frequência das Questões por Disciplina (2011 a 2023)



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Constata-se ainda que a disciplina de Contabilidade de Custos ocupa a segunda posição em volume de questões (7,31%) e que as disciplinas de Contabilidade Gerencial e Legislação e Ética Profissional ficam em terceiro lugar com 6,38% cada.

4.2. Incidência dos Assuntos de Contabilidade Geral

Focando especificamente na disciplina alvo do presente estudo, é possível visualizar na Tabela 1 o número de questões, bem como a quantidade de anuladas e validadas em cada edição do exame e o percentual de representatividade em relação à prova como um todo. Deste modo, das quinhentas e duas questões identificadas, quatrocentas e oitenta (95,62%) foram consideradas válidas nos gabaritos definitivos disponibilizados no site do CFC.

Tabela 1. Número de Questões de Contabilidade Geral por Prova (2011 a 2023)

Ano	Edição	Questões de Contabilidade Geral	Percentual de Representatividade no Exame	Questões Anuladas	Questões Válidas	Total de Questões Válidas por Ano
2011	1	14	28,00%	0	14	26
	2	13	26,00%	1	12	
2012	1	12	24,00%	0	12	28
	2	16	32,00%	0	16	
2013	1	16	32,00%	0	16	35
	2	19	38,00%	0	19	
2014	1	15	30,00%	1	14	30
	2	16	32,00%	0	16	

2015	1 2	16 17	32,00% 34,00%	0 0	0 0	33
2016	1 2	24 26	48,00% 52,00%	0 0	0 0	50
2017	1 2	28 25	56,00% 50,00%	0 0	0 0	53
2018	1 2	22 21	44,00% 42,00%	1 3	21 18	39
2019	1 2	12 17	24,00% 34,00%	0 1	12 16	28
2020	1 2	17 26	34,00% 52,00%	2 1	15 25	40
2021	1 2	23 25	46,00% 50,00%	1 6	22 19	41
2022	1 2	19 21	38,00% 42,00%	0 3	19 18	37
2023	1 2	19 23	38,00% 46,00%	0 2	19 21	40
TOTAL	-	502	-	22	480	480

Fonte: Autora, 2024.

A Tabela 1 exibe a porcentagem de questões de contabilidade geral por edição e o número de questões válidas por ano, com destaque para 2017, no qual das 100 questões que compuseram as duas edições no ano supracitado, 53% eram de contabilidade geral, reforçando o impacto deste conteúdo no ESC. A Tabela 2 abaixo, por sua vez, apresenta o número de questões por assunto em cada edição, bem como sua frequência absoluta e relativa.

Tabela 2 - Número de Questões por Assunto no ESC (2011 a 2023)

Edição	Assuntos													Total
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	
11.1	1		3	3	1	2	1	1	1	1				14
11.2			1	5		2	1		1		1	1		12
12.1		1	1	3			2	1	1	2	1			12
12.2		1	3	2		1	5	1	1	1		1		16
13.1	3		2	2		2	2		1	1	1		2	16
13.2		1	2	6		1	2	2	1	2	1		1	19
14.1	2		2	6			1	1	2					14
14.2	1		3	5			4		1	1	1			16
15.1	3	1	3	2		2	2		1	1	1			16
15.2	1		6	1		2	2	1	1	1	1		1	17
16.1		2	1	10	1	3	3	1	1		1	1		24
16.2	1	1	7	9	1	2	2	1	1				1	26
17.1		2	6	10	5		2		1		1	1		28
17.2	2	2	3	7	1	4	2	2		1		1		25
18.1	1		2	8	1	3	1		2	1			2	21
18.2		2	6	6	1		1					1	1	18
19.1			2	5		1	1	1	1	1				12
19.2	3		1	4		2	2			3		1		16
20.1		1	3	7		1			1	1		1		15
20.2	2	1	1	9	2	2	3		1			1	3	25

Realização



UFRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO



**Universidade
Federal
Fluminense**

PPGAd
Programa de Pós-Graduação em Administração - UFF

21.1		1	1	6		6	2		1	1		2	2	22
21.2		2	4	5		1	2	1	1	1			2	19
22.1			5	9	2	1	1		1					19
22.2		1	4	2	2	2	2	2	3					18
23.1	1		2	6	2	2	3	1	2					19
23.2		2	4	7		3	2	2	1					21
Média	1,8	1,4	3	5,6	1,7	2,1	2	1,3	1,2	1,3	1	1,1	1,7	-
Mín.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	12
Máx.	3	2	7	10	5	6	5	2	3	3	1	2	3	28
Fac	21	21	78	145	19	45	51	18	28	19	9	11	15	480
FR (%)	4,3 8	4,3 8	16,25	30,21	3,9 6	9,3 8	10,63	3,7 5	5,8 3	3,9 6	1,8 8	2,2 9	3,1 3	100%

Legenda: A – Patrimônio e Variações Patrimoniais; B – Plano de Contas e Procedimentos de Escrituração; C – Avaliação de Ativos e Passivos; D – Mensuração e Reconhecimento de Operações; E – Operações Fiscais, Tributárias e de Contribuições; F – Balanço Patrimonial; G – Demonstração do Resultado e Demonstração do Resultado Abrangente; H – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados; I – Demonstração dos Fluxos de Caixa; J – Demonstração do Valor Adicionado; K – Notas Explicativas; L – Consolidação das Demonstrações Contábeis; M – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão das Demonstrações Contábeis.

Fonte: Autora, 2024.

No que diz respeito ao assunto A – Patrimônio e Variações Patrimoniais – foram identificadas vinte e uma questões em 46,15% dos exames, com uma média de 1,8 questões por edição, sendo no mínimo uma e no máximo três, representando 4,38% das questões totais. Já sobre Plano de Contas e Procedimentos de Escrituração – assunto B – foram identificadas vinte e uma questões em 57,69% dos exames, com uma média de 1,4 questões por edição, sendo no mínimo uma e no máximo duas, representando 4,38% das questões totais.

Quanto ao assunto C – Avaliação de Ativos e Passivos – ele se fez presente em todas as vinte e seis edições e foram identificadas setenta e oito questões, com uma média de 3 questões por exame, sendo no mínimo uma e no máximo sete, representando 16,25% das questões totais. Em relação à Mensuração e Reconhecimento de Operações – assunto D – foram identificadas cento e quarenta e cinco questões, estando presente em todas as edições analisadas, com uma média de 5,6 questões por edição, sendo no mínimo uma e no máximo dez, representando 30,21% das questões totais e se consagrando como o assunto mais cobrado no ESC.

Referente ao assunto E – Operações Fiscais, Tributárias e de Contribuições – foram identificadas dezenove questões em 42,31% dos exames, com uma média de 1,7 questões por edição, sendo no mínimo uma e no máximo cinco, representando 3,96% das questões totais, tendo sido mais cobrado na edição 2017.1. Quanto ao Balanço Patrimonial – assunto F – foram identificadas quarenta e cinco questões, dispostas em 80,8% das edições, com uma média de 2,1 questões em cada uma delas, sendo no mínimo uma e no máximo seis, representando 9,38% das questões totais.

Em relação ao assunto G – Demonstração do Resultado e Demonstração do Resultado Abrangente – foram identificadas cinquenta e uma questões dispostas entre 96,15% das edições, estando ausente apenas na edição 2020.1, com uma média de 2 questões por exame, sendo no mínimo uma e no máximo cinco, representando 10,63% das questões totais. Acerca da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e da Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados – assunto H – foram identificadas dezoito questões ao longo de 53,85% das

Realização

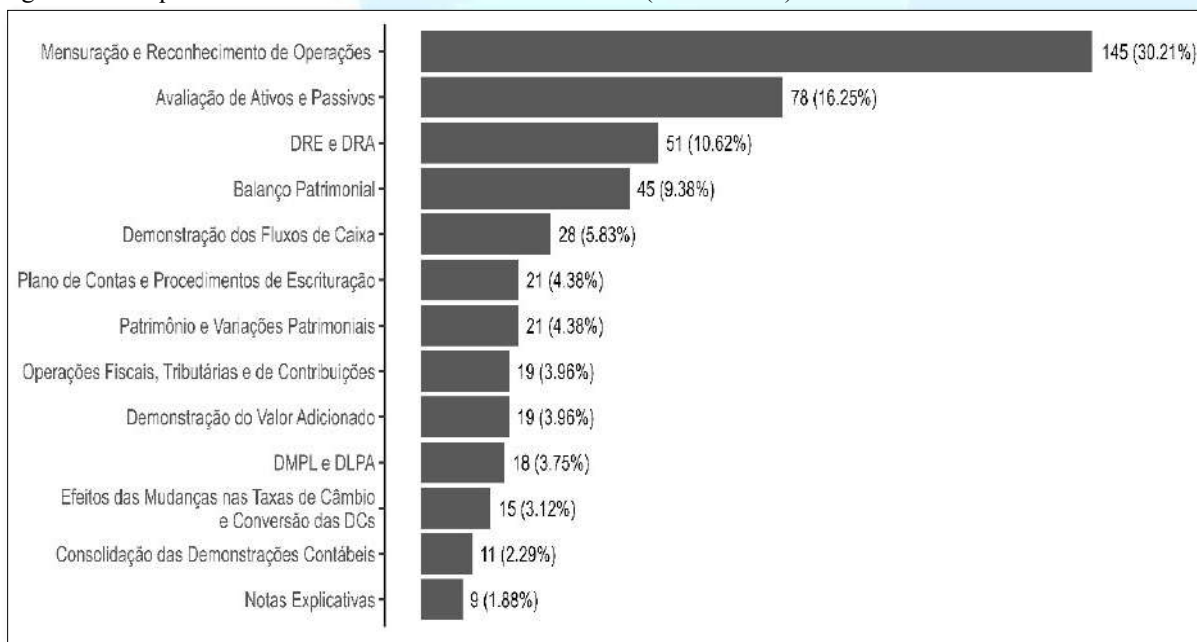
edições, com uma média de 1,3 questões por edição, sendo no mínimo uma e no máximo duas em cada, representando 3,75% das questões totais.

Sobre o assunto I – Demonstração dos Fluxos de Caixa – foram identificadas vinte e oito questões em 88,46% dos exames, com uma média de 1,2 questões por edição, sendo no mínimo uma e no máximo três, representando 5,83% das questões totais. Somente as edições 2017.2, 2018.2 e 2019.2 não abordaram esse assunto. Quanto à Demonstração do Valor Adicionado – assunto J – foram identificadas dezenove questões entre 57,69% das edições, com uma média de 1,3 questões por edição, sendo no mínimo uma e no máximo três em cada, representando 3,96% das questões totais.

No que diz respeito ao assunto K – Notas Explicativas – foram identificadas nove questões em 34,62% dos exames, com uma média de 1 questão por edição, sendo sempre somente uma, representando 1,88% das questões totais e se destacando como o assunto menos cobrado. Sobre Consolidação das Demonstrações Contábeis – assunto L – foram identificadas onze questões dispostas entre 38,46% das edições, com uma média de 1,1 questões por cada uma, sendo no mínimo uma e no máximo duas, representando 2,29% das questões totais. E, por fim, quanto ao assunto M – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão das Demonstrações Contábeis – foram identificadas quinze questões em 34,62% dos exames, com uma média de 1,7 questões por edição, sendo no mínimo uma e no máximo três, representando 3,13% das questões totais.

Vale salientar que a média exposta na Tabela 2 representa a relação entre a frequência absoluta de cada assunto e o número de edições nas quais o respectivo assunto se fez presente. Diante do exposto, apresenta-se na Figura 4 o percentual de incidência de cada assunto em relação ao quantitativo total de questões de contabilidade geral identificadas no presente estudo.

Figura 4 – Frequência dos Assuntos de Contabilidade Geral (2011 a 2023)



Fonte: Elaborado pela autora, 2024

Na Figura 4 é possível visualizar, de forma mais nítida, o peso de cada assunto nas vinte e seis edições analisadas. Nesse sentido, verifica-se que os três assuntos mais cobrados são Mensuração e Reconhecimento de Operações (30,21%), Avaliação de Ativos e Passivos (16,25%) e Demonstração do Resultado e Demonstração do Resultado Abrangente (10,63%), e que, juntos, correspondem a 57,09% das 480 questões, mostrando-se como extremamente valiosos no ESC e apontando a necessidade de que sejam mais destrinchados dentro das IES.

Os dados encontrados podem ser utilizados para orientar discentes e docentes, tendo em vista que, dentro das IES e cursos preparatórios, a aplicação do conteúdo programático, embora previamente definida e aprovada, pode sofrer alterações em função da limitação do número de aulas ou outros fatores internos ou externos, cabendo ao professor avaliar quais temas serão priorizados e destrinchados com maior riqueza de detalhes. Esse tipo de informação, associada às exigências do mercado, também norteia a elaboração do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), melhorando o grau de competitividade dos alunos.

4.3. Incidência dos Subassuntos de Contabilidade Geral

A Tabela 3, por sua vez, fornece informações valiosas acerca dos subassuntos mais recorrentes com destaque para G1 (DRE – Apresentação, aspectos conceituais, finalidades e normatização, forma de elaboração e seus elementos) que apresenta 0,0917 de frequência relativa, F1 (Balanço Patrimonial – Apresentação, aspectos conceituais, finalidades e normatização, critérios de classificação e avaliação, ativo circulante, ativo não circulante, passivo circulante, passivo não circulante e patrimônio líquido) com 0,0875 de frequência relativa, e D3 (Mensuração e Reconhecimento de Operações – Operações com mercadorias, produtos e serviços) com 0,0729 de frequência relativa.

Apesar de terem sido analisados 57 subassuntos, a soma somente dos três principais já abrange 25,21% das questões aplicadas no ESC ao longo das 26 edições estudadas. Nota-se ainda que os subassuntos B2 (Elementos essenciais do lançamento contábil), C6 (Atualização monetária), D12 (Custo atribuído), D15 (Fornecedores, obrigações fiscais e outras obrigações), D20 (Tributos correntes e diferidos), E3 (Diferença temporária tributável), E4 (Diferença tributária dedutível) e E5 (prejuízos e créditos fiscais) não possuem incidência com base nos critérios do estudo. Vale salientar que os subassuntos que não tiveram incidência não foram expostos na Tabela 3.

Realização

Tabela 3 - Número de Questões por Subassunto no ESC (2011 a 2023)

(Continua)

	2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019		2020		2021		2022		2023		FA	FR	
	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2			
A1					1					2									1	2			1	2			1	0,0021	
A2	1									1																	2	0,0042	
A3					2		2	1	3			1		2	1			3		2					1		18	0,0375	
B1				1		1			1			2		2	2		1			2	1	2	2			2	19	0,0396	
B3												1		1						2	1				1		6	0,0125	
B4			1																								1	0,0021	
B5																							1				1	0,0021	
C1												1	2														3	0,0063	
C2	1		1				1	1					2	1		1	2		1	1		1					13	0,0271	
C3																					1						1	0,0021	
C4																							1				1	0,0021	
C5				1					1							1						1			1		5	0,0104	
C7	1									1					2			1	2		1	1				1	10	0,0208	
C8		1			1	1				1		1					1						1	2		1	10	0,0208	
C9																				1							1	0,0021	
C10	1			2	1	1		2	1	1	1	1				1	1		1	1				2		1	18	0,0375	
D1								1				1				1	1			1			1				6	0,0125	
D2																							1				1	0,0021	
D3	2		1	1		2	2	1	1	1	2	3	2	2	3	1	1	2	1	1	1		1	1	2	1	35	0,0729	
D4	1	2	1				1	1		2	2	1	2											1	1			15	0,0313
D5						2										1										1		4	0,0083
D6												1					1											2	0,0042
D7																	1		1			1	1					4	0,0083
D8							1	1				1	1			1	3							2		1	3	14	0,0292
D9														1	1	3												5	0,0104

Fonte: Autora, 2024

Realização

Tabela 3 - Número de Questões por Subassunto no ESC (2011 a 2023)

(Conclusão)

	2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019		2020		2021		2022		2023		FA	FR
	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2		
D10											1		2	2	1				1						1		8	0,0167
D11			1										1							1			1	1			5	0,0104
D13		1								1		1		1			1			1					2		9	0,0188
D14					1		1					2	1	1						1							7	0,0146
D16		1					1							1					1		1	1					6	0,0125
D17	1			1	1			1									1	1	2				1	1	1		11	0,0229
D18		1							2		3	2	2	1	1				2	1							15	0,0313
D19							1				1					1		1	1	1	1				1	1	9	0,0188
D21						2										1		1		1	2						7	0,0146
E1									1		2	1	6	1	1	1			1				2	1	1		18	0,0375
E2																									1		1	0,0021
F1	2	2		1	2	1			2	2	3	3		4	3		1	2		1	3	1	1	2	3	3	42	0,0875
G1	1	1	1	5	2	1	1	3	2	2	3	1	2	1		1	1	2		3	2	1	2	2	2	2	44	0,0917
G2			1			1		1														1			1		5	0,0104
H1	1		1	1		2	1			1		1									1			2			11	0,0229
H2											1			2												2	5	0,0104
I1	1	1	1	1	1	1	2	1	1							1							1				12	0,0250
I2										1	1	1	1		2				1	1	1	1	1	2	2	1	16	0,0333
J1	1		2	1	1	2		1		1				1	1		1	3	1		1	1					18	0,0375
K1		1	1		1	1		1	1		1		1														8	0,0167
L1		1		1						1	1	1	1	1		1				1	2						11	0,0229
M1															1	1		1	1	1		1					6	0,0125
M2					2	1																1					4	0,0083
M3										1		1			1					1	2						6	0,0125
TOTAL	14	12	12	16	16	19	14	16	16	17	24	26	28	25	21	18	12	16	15	25	22	19	19	18	19	21	480	1,0000

Fonte: Autora, 2024.

Realização

Tendo em vista a extensão e profundidade dos subassuntos presentes na contabilidade geral, os indicativos obtidos direcionam quais precisam ser estudados com mais afinco, baseado nas edições verificadas. Vale salientar que essa análise deve ser contínua para que se mantenha coerente, principalmente quando há alteração de normas e legislações, mudanças de banca organizadora e grandes variações nas tendências do mercado.

5. Considerações Finais

A disciplina de contabilidade geral, básica ou introdutória, tem por objetivo instrumentalizar os discentes sobre o processo contábil, ao mesmo tempo em que os prepara para os conteúdos das disciplinas subsequentes. O presente estudo pretendeu entender o que revelam as provas do ESC de 2011 a 2023 por meio de uma análise de conteúdo aplicada às questões de contabilidade geral, com codificação e categorização em assuntos e subassuntos com base no conteúdo disposto no edital 2023.1, visando colaborar com a educação contábil – sobretudo com discentes, docentes e gestores – no que diz respeito a esse exame fundamental ao exercício da profissão.

Para tal, definiu-se três objetivos específicos. Primeiramente, foram analisadas as questões do exame, ratificando que a disciplina de contabilidade geral é a mais recorrente entre as abordadas. Em seguida, realizou-se a categorização dos conteúdos das questões de contabilidade geral em treze assuntos e cinquenta e sete subassuntos. E, por fim, identificou-se que os assuntos mais recorrentes são Mensuração e Reconhecimento de Operações, Avaliação de Ativos e Passivos e Demonstração do Resultado e Demonstração do Resultado Abrangente que, juntos, totalizam 57,09% das questões; quanto aos subassuntos, destacam-se a DRE, as bases do Balanço Patrimonial e as operações com mercadorias, produtos e serviços, representando 25,21% do conteúdo analisado, respondendo assim a questão da pesquisa e revelando o que tem sido cobrado com mais frequência dos futuros contadores.

Tendo em vista que o exame supracitado é uma forma de avaliação e promoção de melhorias do ensino em contabilidade oferecidos pelas IES no país, a análise minuciosa do que vem sendo exigido na disciplina de maior impacto – a contabilidade geral – pode direcionar discentes, docentes e gestores, bem como futuras intervenções institucionais, além de fomentar outros pesquisadores a seguirem contribuindo na área. Estudos similares podem e devem ser realizados em relação aos demais conteúdos do exame para ampliar a literatura no segmento e, da mesma forma, estudos complementares podem ser realizados para analisar os subtópicos de cada subassunto, enriquecendo ainda mais as informações já existentes.

Referências

- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Beuren, I. M. (2008). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. Atlas. 3. ed. São Paulo.
- Bonifácio, R.C.; Callegari, O.M. (2012). O Exame de Suficiência Contábil e a Percepção dos Professores do Curso de Ciências Contábeis. *Colóquio internacional sobre gestão*

universitária nas Américas, 12., 2012, Vera Cruz: UFSC/UNIPEAU.

- Bugarim, M., Rodrigues, L., Pinho, J., & Machado, D. (2014). ANÁLISE HISTÓRICA DOS RESULTADOS DO EXAME DE SUFICIÊNCIA DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *RC&C. Revista de Contabilidade e Controladoria*, 6(1). doi:<http://dx.doi.org/10.5380/rcc.v6i1.33455>
- Bugarim, M. C. C., Rodrigues, L. L., Pinho, J. C. C., & Machado, D. Q. (2014). Desempenho dos Profissionais de Contabilidade no Exame de Suficiência do CFC: Uma análise de conglomerados regionais. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 8, n. 22, p. 60-71.
- Campos, C. J. G. (2004). Método de análise de conteúdo: ferramenta para análise de dados qualitativos no campo da saúde. *Revista Brasileira De Enfermagem*. n 57.
- CFC – Conselho Federal de Contabilidade. (2015). *Resolução CFC nº 1.486 de 15 de maio de 2015*. Regulamenta o Exame de Suficiência como requisito para obtenção de Registro Profissional em CRC. https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/Res_1486.pdf.
- Coelho, C.R.A. (2010). O que esperar com a volta do Exame de Suficiência? *Ativo & Circulante – Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Ceará*. n 55.
- Coelho, J. M. A. (1999). Exame de suficiência: um passo adiante. *Revista Brasileira de Contabilidade*, v. 28, n. 117.
- Collis, J., & Hussey, R. (2005). *Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação*. 2. Ed. Porto Alegre: Bookman.
- Fabriz, S. M., Souza, R. F., Weiss, L. A. S., & Walter, S. A. (2019). O ensino da Contabilidade Geral no Brasil: Um comparativo entre Regiões. *Revista de Finanças e Contabilidade da Unimep*, 6(1), 89-103.
- Galvão, N. (2016). Percepção dos contadores sobre o Exame de Suficiência do CFC. *Revista Catarinense Da Ciência Contábil*, 15(45), p. 49–62. <https://doi.org/10.16930/2237-7662/rccc.v15n45p49-62>
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas.
- Madeira, G. J., Mendonça, K. F. C., & Abreu, S. M. (2009). A Disciplina Teoria da Contabilidade nos Exames de Suficiência e Provão. *Contabilidade Vista & Revista*, 103–122.
- Malhotra, N. K. (2001). *Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman.

Realização

- Marion, J. C. (2001). *O ensino da Contabilidade*. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas.
- Martins, G. A., & Theóphilo, C. R. (2009). *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. 2. ed. São Paulo: Atlas.
- MEC. (2023). Instituto nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Censo da Educação Superior - 2022*. Brasília: MEC.
- Miranda, C. de S., Araújo, A. M. P. de, & Miranda, R. A. de M. (2017). O EXAME DE SUFICIÊNCIA EM CONTABILIDADE: UMA AVALIAÇÃO SOB A PERSPECTIVA DOS PESQUISADORES. *REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL - Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte - ISSN 2176-9036*, 9(2), 158–178. <https://doi.org/10.21680/2176-9036.2017v9n2ID10760>
- Oliveira Neto, J. D. De, & Kurotori, I. K. (2010). O retorno do Exame de Suficiência do CFC. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ, [S. l.]*, v. 14, n. 1, p. 62–79. <https://doi.org/10.12979/rcmccuerj.v14i1.5535>.
- Oliveira Sobrinho, O. A., & Cruz, M. C. (2011). A importância da regulamentação da profissão contábil: O exame de suficiência. *Portal ICE*, Cuiabá, p.01-08.
- Paines, A. P. de M. da S., & Ott, E. (2019). DESEMPENHO DOS EGRESSOS DOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NOS EXAMES DE SUFICIÊNCIA DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *ConTexto - Contabilidade Em Texto*, 18(39).
- Peleias, I.R., Silva, G.P., Segreti, J.B., & Chiroto, A.R. (2007). Evolução do ensino da Contabilidade no Brasil: Uma análise histórica. *Revista de Contabilidade e Finanças: USP*, São Paulo. p.19-32.
- Sena, T., & Sallaberry, J. (2021). Contabilidade Geral e o Desempenho dos Estudantes no Exame de Suficiência: Uma Pesquisa com IES Baianas. *RC&C. Revista de Contabilidade e Controladoria*, 13(1). doi:<http://dx.doi.org/10.5380/rcc.v13i1.78581>
- Silva, L.; Krombauer, C.A.; Brunozi, A.C., & Sprenger, K. B. (2016). *Análise dos Desempenhos Históricos dos Alunos dos Cursos de Ciências Contábeis no Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade*. Congresso de Contabilidade da UFRGS. Rio Grande do Sul.
- Souza, P. V. S. de, Cruz, U. L. da, & Lyrio, E. F. (2017). A RELAÇÃO DO EXAME DE SUFICIÊNCIA CONTÁBIL COM O DESEMPENHO DISCENTE E A QUALIDADE DOS CURSOS SUPERIORES EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO BRASIL. *REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL - Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte - ISSN 2176-9036*, 9(2), 179–199. <https://doi.org/10.21680/2176-9036.2017v9n2ID10682>.